



62

**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes**

Quinta Câmara Cível

Conflito de Competência nº 326863-3 – Jaboatão dos Guararapes

Suscitante: Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes

Suscitado: Juízo de Direito da 33ª Vara Cível da Capital

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO COMPETENTE PARA APRECIAR AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. RELAÇÃO DE CONSUMO. FORO DOMICÍLIO CONSUMIDOR. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. PRECEDENTES STJ.** Em se tratando de relação de consumo, a competência é absoluta, razão pela qual pode ser conhecida de ofício e deve ser fixada no domicílio do consumidor. A facilitação da defesa dos direitos do consumidor em juízo possibilita que este proponha ação em seu próprio domicílio, no entanto, não se admite que o consumidor escolha, aleatoriamente, um local diverso de seu domicílio ou do domicílio do réu para o ajuizamento do processo. Conflito julgado improcedente. Competência do Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes. Decisão por maioria.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Conflito de Competência nº 326863-3, em que figuram suscitante o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, e como suscitado, o Juízo de Direito da 33ª Vara Cível da Capital, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 5ª Câmara Cível, POR MAIORIA, em JULGAR IMPROCEDENTE O PRESENTE CONFLITO, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 07 de maio de 2014.

  
**Des. Jovaldo Nunes Gomes**  
**Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes**

Quinta Câmara Cível

Conflito de Competência nº 326863-3 - Jaboatão dos Guararapes

Suscitante: Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes

Suscitado: Juízo de Direito da 33ª Vara Cível da Capital

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

**RELATÓRIO**

Trata-se de conflito negativo de competência entre o Juiz da 33ª Vara Cível da Capital e a Juíza da 2ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, ambos se declarando incompetentes para julgar a Ação Revisional de Contrato c/c Repetição de Indébito, proposta por Edson Santos da Rosa contra Banco Bradesco Financiamentos S/A.

A ação foi aforada na Comarca do Recife. O Juiz, para quem o feito foi distribuído, declinou de sua competência, alegando que o consumidor não poderia eleger foro diverso do seu, ou do réu, para o ajuizamento da demanda. E como o autor tem domicílio na Comarca de Jaboatão dos Guararapes, determinou a remessa dos autos àquela comarca.

Na Comarca do Jaboatão dos Guararapes o feito foi distribuído à 2ª Vara Cível. A Juíza dessa unidade judiciária decidiu, também, não ser competente, posto que, por se tratar, no caso, de competência relativa, o autor poderia optar pelo ajuizamento da ação em foro diverso do seu. Por isso suscitou o conflito.

A Procuradoria de Justiça ofertou parecer (fls. 34/37), opinando pela improcedência do conflito, ao tempo que disse ser competente o Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes.

É o Relatório.

Recife, 22 de abril de 2014.

  
**Des. Jovaldo Nunes Gomes**  
**Relator**



44

Quinta Câmara Cível

Conflito de Competência nº 326863-3 - Jaboatão dos Guararapes

Suscitante: Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes

Suscitado: Juízo de Direito da 33ª Vara Cível da Capital

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

## VOTO

O cerne deste conflito é saber se o autor, no caso dos autos, pode escolher, livremente, o foro para ajuizamento da ação de revisão de contrato bancário ou ficaria ele restrito à escolha entre o foro de seu domicílio (Jaboatão dos Guararapes/PE) ou do domicílio do réu (Osasco/SP). O autor propôs a ação na Comarca do Recife. Nem no dele, nem do réu.

Destaco que, em se tratando de ação que tem por objetivo a revisão de contrato bancário, incidem as normas impostas pelo CDC, posto que evidente a relação de consumo entre as partes (AgRg no REsp 1422547/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/02/2014, DJe 14/03/2014).

É sabido que a facilitação da defesa dos direitos do consumidor em juízo possibilita que este proponha ação em seu próprio domicílio ou, se preferir, no domicílio do réu. No entanto, não se admite que o consumidor escolha, aleatoriamente, um local diverso de seu domicílio ou do domicílio do réu para o ajuizamento do processo.

No presente caso, a demanda foi proposta em local diverso do domicílio do autor/consumidor (Jaboatão dos Guararapes/PE) e do réu (Osasco/SP), porquanto ajuizada perante a Comarca do Recife (33ª Vara Cível), conduta essa vedada pela jurisprudência do STJ. Vejamos:

"CONTRATO BANCÁRIO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. CLÁUSULAS. DISCUSSÃO. COMPETÊNCIA. FORO. ESCOLHA. ADVOGADO. IMPOSSIBILIDADE. 1 - Segundo entendimento desta Corte, tratando-se de relação de consumo, a competência é absoluta, podendo ser declinada de ofício. Afastamento da súmula 33 do Superior Tribunal de Justiça. 2 - O intento protetivo da lei, no sentido de possibilitar a escolha do foro, do domicílio do autor ou do réu, dirige-se ao consumidor, propriamente dito, aquela pessoa física ou jurídica destinatária final do bem ou serviço. Impossibilidade de o advogado ajuizar a ação em foro diverso, que não é nem o da autora (consumidora) e nem o do réu (Banco), usando, ao que tudo indica, conforme as instâncias de origem, endereço fictício. 3 - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Araraquá - SC,



LS

suscitante." (CC 106.990/SC, 2ª Seção, Rel. Min. Fernando Gonçalves, Dje de 23.11.2009). Destaquei.

Ademais, a jurisprudência do STJ já está pacificada é no sentido de reconhecer que, em se tratando de relação de consumo, a competência é absoluta, razão pela qual pode ser conhecida de ofício e deve ser fixada no domicílio do consumidor. Vejamos:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. DIREITO DO CONSUMIDOR. RELAÇÃO DE CONSUMO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO AUTOMOTIVO. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR. - Em se tratando de relação de consumo, a competência é absoluta, razão pela qual pode ser conhecida até mesmo de ofício e deve ser fixada no domicílio do consumidor. - Agravo não provido." (AgRg no CC 127.626/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 17/06/2013). Destaquei.

Desta forma, há que se reconhecer a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, porquanto corresponde ao efetivo domicílio do autor, não sendo permitido que o advogado ajuíze ação em foro diverso.

Em consonância, é o posicionamento do *Parquet* (fls. 35/37):

"No presente caso, não se discute a abusividade de cláusula de eleição de foro, mas apenas a eleição de foro por livre escolha do consumidor postulante, não tendo sido eleito nem o domicílio do autor e tampouco o do réu, não se utilizou das regras constantes do CPC e nem das prerrogativas do artigo 101, I do CPC. Assim, em se tratando de relação de consumo, e não se podendo admitir a escolha aleatória do foro competente, entendemos razoável a fixação da competência no foro do domicílio do consumidor. (...). Ante todo o exposto, pugna esta Procuradoria pelo reconhecimento da comarca suscitante (juízo de direito da 2ª vara cível da comarca de Jaboatão dos Guararapes) como juízo competente para apreciar o feito." Destaquei.

Ante o exposto, considerando o entendimento jurisprudencial do STJ, e em consonância com o parecer ministerial, JULGO IMPROCEDENTE O PRESENTE CONFLITO, **declarando a competência da 2ª Vara Cível da Comarca de Jaboatão dos Guararapes** para processar e julgar a ação revisional de contrato, a quem devem os autos ser remetidos.

É como voto.

  
Des. Jovaldo Nunes Gomes  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA N. 326863-3**

**SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 33ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**

**SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IPOJUCA**

**RELATOR: DES. JOVALDO NUNES**

**VOTO-VISTA**

O Juízo da 33ª Vara Cível da Comarca do Recife (ora suscitado) declinou, de ofício, da competência para processar e julgar a ação revisional de contrato com pedido de tutela antecipada, proposta por Edson Santos da Rosa contra Banco Bradesco Financiamentos S/A, ao fundamento de que: i) não se trata de mera competência territorial, e, portanto, relativa, mas sim de competência em razão da matéria, devido à incidência do Código de Defesa do Consumidor, sendo, por conseguinte, absoluta; ii) o consumidor tem a faculdade de propor a ação em seu domicílio, à luz do art. 101, I, do CDC, e não de escolher a comarca onde pretende demandar.

Por sua vez, o Juízo da 2ª Vara Cível de Jaboatão dos Guararapes (ora suscitante) sustenta que a decretação de ofício da incompetência de foro diverso do domicílio do consumidor fere o interesse da parte hipossuficiente, de demandar em foro que melhor atenda sua conveniência.

Entendo que, no caso, incidem duas regras de competência, de naturezas distintas, que precisam ser desvinculadas.

A primeira diz respeito à competência em razão da matéria consumerista, que recebe especial proteção constitucional e infraconstitucional, e em razão da qual o consumidor poderá propor a ação no foro que melhor facilitar a sua defesa. Essa competência é absoluta, quando em oposição ao foro eleito no contrato ou ao do domicílio do réu.

Estabelecida essa premissa maior, temos uma premissa menor a enfrentar: ao consumidor é dado ajuizar a ação exclusivamente no foro do seu domicílio ou pode escolher foro diverso, que lhe seja mais conveniente?



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

Tenho que a questão deve ser dirimida à luz do princípio da facilitação da defesa dos direitos do consumidor, insculpido no art. 6º, VII, do CDC, e na Constituição Federal, art. 5º, XXXII, que lhe confere status de direito fundamental.

Em seu desfavor, não há que se invocar a regra do art. 101, I, do CDC, segundo a qual a ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços poderá ser proposta no domicílio do autor. A uma, porque disciplina hipótese específica; a duas porque, numa escala de valoração normativa, os princípios prevalecem sobre as regras, uma vez que se constituem em verdadeiros mandados de otimização, ou seja, devem ser aplicados na sua plenitude, somente podendo ser mitigados quando em confronto com outro princípio, ponderados diante do caso concreto.

Dessa forma, entendo que não cabe ao juiz, de ofício, impor ao consumidor-autor a obrigatoriedade de demandar exclusivamente no seu domicílio, sob pena de violar o seu direito fundamental à facilitação da defesa.

Nesse contexto, a discussão quanto à competência é territorial, sendo certo que o réu, e somente ele, poderá suscitar a incompetência do foro escolhido pelo consumidor, sendo diverso do seu domicílio. Processada a exceção, na forma dos arts. 307 e seguintes do CPC, o consumidor excepto será instado a manifestar-se sobre as razões da escolha do foro, podendo, inclusive, ser produzida prova testemunhal. Decidindo a exceção de incompetência, o juiz analisará se a escolha é arbitrária ou razoável.

Nessa linha, transcrevo os seguintes julgados:

**Ementa:** AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CLÁUSULA DE ELEIÇÃO NÃO DECLINADA. ESCOLHA PELO CONSUMIDOR DO FORO DISTINTO DO SEU DOMICÍLIO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO ACESSO AO JUDICIÁRIO. FACILITAÇÃO DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO. 1. QUANDO O CONSUMIDOR FOR RÉU E A AÇÃO TIVER SIDO PROPOSTA NO FORO DE ELEIÇÃO, ESTABELECIDO EM CLÁUSULA CONSTANTE DE CONTRATO DE ADESÃO, NÃO HÁ DÚVIDA DE QUE O JUIZ DEVE



PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
 Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

REALIZAR EFETIVO CONTROLE QUANTO À VALIDADE DESSA CLÁUSULA, ANULANDO-A E DECLINANDO DA COMPETÊNCIA PARA O FORO DO DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR, EM PRESTÍGIO À REGRA DO ART. 112, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. SOLUÇÃO BEM DIVERSA HAVERÁ DE SER DADA, ENTRETANTO, QUANDO O CONSUMIDOR FOR O AUTOR DA AÇÃO. NESSE CASO, SE O CONSUMIDOR, PODENDO PROPOR A AÇÃO NO FORO DE SEU PRÓPRIO DOMICÍLIO, OPTA POR A JUIZÁ-LA EM FORO DIVERSO DO DE AMBAS AS PARTES E DO FORO DE ELEIÇÃO, NÃO CABE AO JUIZ, DE OFÍCIO, EXERCER O CONTROLE DA COMPETÊNCIA RELATIVA. A ESCOLHA DO FORO ONDE DEVA SER PROPOSTA A AÇÃO CABE AO CONSUMIDOR, SOBRETUDO E ESPECIALMENTE PORQUE É MODO PELO QUAL SE MATERIALIZA O IDEAL DE FACILITAÇÃO DA DEFESA DOS SEUS DIREITOS, TAL COMO PRECONIZADO NO ART. 6º, INCISO VIII, DO CDC. 2. AGRAVO PROVIDO. (TJDF - Agravo de Instrumento AI 211569220118070000 DF 0021156-92.2011.807.0000, publicado em 06/06/2012) (grifei)

Ementa: CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO A JUIZADA PELO CONSUMIDOR EM FORO DIVERSO DO SEU DOMICÍLIO E NÃO COINCIDENTE COM O ELEITO CONTRATUALMENTE. RELAÇÃO DE CONSUMO. DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR. ACESSO AOS ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS E FACILITAÇÃO DA DEFESA DE SEUS DIREITOS. PREVALÊNCIA DO FORO ESCOLHIDO PELA PARTE HIPOSSUFICIENTE. DECLINAÇÃO DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. 1. O PRESENTE CONFLITO DE COMPETÊNCIA FOI SUSCITADO NO BOJO DE AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. DEVIDAMENTE CARACTERIZADA, NA ESPÉCIE, UMA RELAÇÃO DE CONSUMO, POR SE COMPORTAR O AUTOR COMO CLIENTE DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS OFERECIDOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEMANDADA. 2. DE ACORDO COM O ARTIGO 6.º, INCISOS VII E VIII, DO CDC, SÃO DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR, ENTRE OUTROS, O ACESSO AOS ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS, COM VISTAS À PREVENÇÃO OU REPARAÇÃO DE DANOS PATRIMONIAIS E MORAIS, E A FACILITAÇÃO DA DEFESA DE SEUS DIREITOS.



51

3. SE O CONSUMIDOR FOI QUEM PROPÔS A DEMANDA CONTRA O FORNECEDOR, EM FORO DIVERSO DO SEU DOMICÍLIO E NÃO COINCIDENTE O ELEITO CONTRATUALMENTE, É PORQUE ENTENDEU A PARTE HIPOSSUFICIENTE QUE, NO LOCAL DO AJUIZAMENTO DA DEMANDA, ESTARIA EM MELHORES CONDIÇÕES DE DEFENDER O SEU SUPOSTO DIREITO SUBSTANCIAL. DESTA PARTE, INVIÁVEL A DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA EX OFFICIO. A UMA, PORQUE ESSA MEDIDA PODERIA, EM TESE, PREJUDICAR O CONSUMIDOR. A DUAS, PORQUE, NÃO SE TRATANDO DA HIPÓTESE DESCRITA NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 112 DO CPC, MAS DE SIMPLES CASO DE INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL - RELATIVA, PORTANTO -, NÃO PODE O JUIZ DELA CONHECER DE OFÍCIO, DEPENDENDO O SEU EXAME DE EVENTUAL OPOSIÇÃO DE EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA PELA PARTE ADVERSA. 4. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO O JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE BRASÍLIA. (TJDF - CCP 177032620108070000 DF 0017703-26.2010.807.0000, publicado em 24/11/2010) (grifei)

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS DE COMARCAS DIVERSAS. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. RELAÇÃO DE CONSUMO. DEMANDA AJUIZADA PELA CONSUMIDORA EM FORO DIVERSO DO SEU DOMICÍLIO. POSSIBILIDADE. RESPEITO À LIVRE ESCOLHA. O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, COM O MÁXIMO INTUITO DE GARANTIR A PROTEÇÃO DA PARTE HIPOSSUFICIENTE E VULNERÁVEL, INSTITUIU REGRA NOVA DE COMPETÊNCIA TERRITORIAL EM SEU ARTIGO 101, I, POSSIBILITANDO AO CONSUMIDOR A PROPOSITURA DA DEMANDA NO FORO DO SEU DOMICÍLIO. ENTRETANTO, SE O PRÓPRIO BENEFICIÁRIO DA LEI, ENQUANTO AUTOR DA DEMANDA, OPTA PELA PROPOSITURA DA AÇÃO REVISIONAL EM FORO DIVERSO DO SEU DOMICÍLIO, PRESUME-SE QUE MELHOR SE DARÁ A DEFESA DE SEUS DIREITOS NA COMARCA ELEITA, CABENDO AO MAGISTRADO RESPEITAR O EXERCÍCIO DA AUTONOMIA DA VONTADE DO AUTOR. CONFLITO PROCEDENTE. (TJBA - CC 00004103220108050054 BA





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

0000410-32.2010.8.05.0054, publicado em  
17/11/2012) (grifei)

Por tais razões, reconhecendo a impossibilidade de o juiz declinar de ofício da competência quando a ação é proposta pelo consumidor em foro diverso do seu domicílio, que melhor lhe facilite a defesa, o meu voto é no sentido de **JULGAR PROCEDENTE O CONFLITO**.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

QUINTA CÂMARA CÍVEL – 30.04.2014  
CONFLITO DE COMPETÊNCIA N°. 326863-3  
COMARCA: JABOATÃO DOS GUARARAPES  
SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE  
JABOATÃO DOS GUARARAPES  
SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 33ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO  
RECIFE - PE  
RELATOR: DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 40 E 44/45 DOS AUTOS.

---

**DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA**

Eu só peço a paciência porque, nessa questão, antes mesmo do Código do Consumidor, não estou fazendo propaganda daquilo que eu escrevi, não, mas, recém-chegado aqui, eu escrevi e foi produto da minha monografia da pós-graduação, de que se tem a ideia de que a competência territorial, ela é absolutamente relativa, e não é. Ela é relativa naquilo onde se admite a relatividade. E a ideia vem toda em cima do artigo 1111, que diz, a competência em razão da matéria e da hierarquia é inderrogável por convenção das partes.

Então, hierarquia, razão da matéria e da hierarquia é inderrogável por convenção das partes. Absoluto, mas estas podem modificar a competência em valor e do território.

Aí se tem a ideia, em razão da matéria e da hierarquia é absoluta; em razão da competência e do território e do valor da causa, é relativa. Só que esse próprio artigo, ele complementa, ele diz: "Mas estas podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde serão propostas as ações oriundas de desobrigações".

Porque a regra geral é que o foro de domicílio é o do réu. A competência poderá ser modificada em razão do foro de eleição ou da situação da coisa dos fatos onde se desenvolveu um abaloamento, alguém que faz uma relação jurídica em Recife, reside em Jaboatão, e o outro elege o foro de São Paulo. Esses três foros são competentes, e aí há relatividade, se a parte não arguir a exceção de incompetência, ela se prorroga. Mas onde não há competência originária, seja de domicílio, seja do foro de eleição, seja da situação da coisa ou dos fatos, ela não se prorroga, porque não se tem competência, não se prorroga competência para quem nunca teve competência.

Essa minha posição, e eu registrei em monografia, foi adotada inclusive contra aquele advogado, nobre advogado, Dr. João Barbosa, e ele, porque era advogado de toda circunscrição aqui do nordeste, ele só entrava com as ações aqui, agora ele cuidava de Bahia, Alagoas, Paraíba, tudo, quer dizer, o sujeito



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

morava em Jaboatão e ele entrava, o sujeito morava em Salvador, ele entrava aqui e alegava, a competência territorial é relativa, e Salvador nunca teve nada, o sujeito, pelo sinal, adquiriu o veículo aqui. Reside lá, elegeram o foro de São Paulo e ele entra aqui.

Então, eu, pensando nisso, independente do Código do Consumidor, eu entendo realmente que é absolutamente incompetente a comarca do Recife na hipótese, e daí, realmente, o direito do juiz de, de ofício, ele declinar da competência.

Eu agradeço a Vossa Excelência.

---

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Então Vossa Excelência diverge do voto do eminente relator.

---

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA

De forma alguma. Eu reforço muito mais.

---

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Então eu vou pedir vista, porque eu estou estudando umas questões dessas, que chegaram ao meu gabinete, e parece-me que eu estou tomando um caminho divergente, por entender até que, sendo ela relativa, não poderia o juiz deduzi-la de ofício.

Aí, eu peço vista, para a gente não prolongar.

---

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES (RELATOR)

Só complementando: eu participei dessa discussão, e a tese era de que, é relativa, tem que ser arguida através de exceção. Aí, busca e apreensão eram as ações. O cara morava no Rio Branco, a ação era aforada aqui, ele teria que se deslocar de Rio Branco para arguir uma exceção de incompetência aqui. Era impraticável.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA**

É, eu, se eu puder lhe auxiliar, eu poderia, a Vossa Excelência e seus assessores, passar esse trabalho. Mas que competência territorial é relativamente relativa.

---

**DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES (RELATOR)**

Eu quero fazer um acréscimo que o Ministério Público opinou aí, e opinou no mesmo sentido do voto, e eu transcrevo inclusive o texto.

---

**DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)**

A minha curiosidade é exatamente porque eu estou trabalhando num processo, e, para não ser incoerente, eu peço vista.

---

**DECISÃO**

"ADIADO A PEDIDO DE VISTA DO DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES APÓS O VOTO DO RELATOR, QUE DECLAROU A COMPETÊNCIA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES PARA PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO, O QUE FOI ACOMPANHADO PELO DESEMBARGADOR AGENOR".

---



59

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

QUINTA CÂMARA CÍVEL – 07/05/14

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 326863-3 – JABOATÃO DOS  
GUARARAPES/PE

SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA  
DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 33ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

RELATOR : DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

ADIADO A PEDIDO DE VISTA DO DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES  
APÓS O VOTO DO RELATOR QUE DECLAROU A COMPETÊNCIA DA 2ª  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES PARA  
PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO, O QUE FOI ACOMPANHADO PELO  
DESEMBARGADOR AGENOR.

---

VOTO-VISTA ÀS FLS. 48/52 DOS PRESENTES AUTOS.

---

DECISÃO:

"POR MAIORIA DE VOTOS JULGOU-SE IMPROCEDENTE O CONFLITO DE  
COMPETÊNCIA."

---